

REFLEXÕES AO ESTUDO DA AMÉRICA LATINA NO CONTEXTO DA CRISE AMBIENTAL: UMA CRÍTICA INTERDISCIPLINAR DA ACELERAÇÃO CAPITALISTA.

Daniel Jeziorny¹

RESUMO: Na filosofia da história proposta por Marx, o devir é composto pelo desenvolvimento de diferentes modos de produção. O que significa que a história humana é escrita à medida que a humanidade trabalha em busca de sua própria sobrevivência, mas também que os diferentes modos de se organizar socialmente para tanto são transitórios. Nesse sentido, estudar a dinâmica contraditória do capitalismo, para compreender que tipo de contradição é mera repetição em níveis mais avançados de complexidade e qual carrega um elemento decisivo para encaminhar um novo modo de produção, é tarefa central à apreensão teórica e prática de possíveis rotas para um modelo civilizacional distinto. Com base no papel do espaço e territórios latino-americanos, a partir de uma mirada interdisciplinar, ensaiam-se algumas reflexões nesse sentido.

PALAVRAS CHAVE: América Latina; Ecologia Política; Espaço; Historiografia; Desenvolvimento

RESUMENEN: En la filosofía de la historia propuesta por Marx, el devenir está compuesto por el desarrollo de diferentes modos de producción. Lo que significa que la historia humana es escrita a medida que la humanidad trabaja en busca de su propia supervivencia, pero también que los diferentes modos de organizarse socialmente para ello son transitorios. En este sentido, estudiar la dinámica contradictoria del capitalismo, para comprender qué tipo de contradicción es mera repetición en niveles más avanzados de complejidad y cual lleva un elemento decisivo para encaminar un nuevo modo de producción, es tarea central a la aprehensión teórica y práctica de posibles rutas para un modelo civilizacional distinto. Con base en el papel del espacio y territorios latinoamericanos, a partir de una mirada interdisciplinaria, se ensayan algunas reflexiones en ese sentido.

PALABRAS CLAVE: América Latina; Ecología Política; Espacio; Historiografía; Desarrollo

1. Introdução

Na filosofia da história proposta por Marx, o devir é composto pela sucessão ou desenvolvimento de diferentes modos de produção. O que significa que a história humana é escrita à medida que a humanidade trabalha em busca de sua própria sobrevivência, mas também que os diferentes modos de se organizar socialmente para tanto são transitórios, justamente por serem objetos historicamente determinados.

A categoria modo de produção, ademais de histórica, apresenta dois aspectos ou subcategorias axiais que lhe dão forma, conteúdo e sentido lógico: (i) o das forças produtivas, grosso modo entendidas como tudo aquilo que o homem lança mão para extrair do ambiente natural os elementos essenciais à sua sobrevivência, como a força de trabalho, os instrumentos, as técnicas, a tecnologia, a ciência – para alguns – a própria natureza e etc.; (ii) o das relações sociais de produção, que expressa a forma pela qual determinada formação social se organiza para fazer uso das forças produtivas.

Tendo em vista que o transcorrer da história é marcado pelo avanço da capacidade humana de transformar a natureza em prol de suas necessidades e desejos, alterações nas relações sociais de produção se impõem sempre que estas passam a obstaculizar esse movimento. Ao menos de um ponto

¹ Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia. Contato: daniel.jeziorny@ufba.br

de vista evolucionário, portanto, não faz sentido insistir na manutenção de um modelo civilizacional apoiado numa relação social de produção que entrave o avanço das forças produtivas.

No entanto, tampouco fará sentido um complexo de forças produtivas que coloque em xeque a própria continuidade desse movimento, i.e., desse processo de crescente desenvolvimento da capacidade humana de satisfazer necessidades e desejos crescentes – e renovados – a partir da transformação do meio natural.

O avançar das forças produtivas é condição *sine qua non* da evolução histórica, porém, a manutenção das condições gerais desse processo também o é. E é exatamente nesse ponto que as correntes teóricas que se debruçam sobre os imperativos ambientais do desenvolvimento cobram e ganham importância.

Calculada no materialismo histórico, a linha de raciocínio que se procura trilhar neste ensaio remete à tese de James O'Connor (1988), em seu seminal *Capitalism, Nature, Socialism: A Theoretical Introduction*. Ou seja, ademais daquela instalada entre o capital e o trabalho, existe uma outra contradição fundamental no modo de produção capitalista, posta entre o capital e as condições gerais de produção, i.e., entre o capital e a natureza. Logo, as forças não são apenas produtivas, mas, em alguma medida, também destrutivas.

Além disso, as análises são enquadradas dentro de um marco conceitual em cujas categorias como espaço e território, próprias da geografia, instrumentalizam centralmente as reflexões. Portanto, certa familiaridade com estas categorias importa à compreensão do sentido das reflexões apresentadas ao final do trabalho.

Em linhas gerais, adota-se a perspectiva (materialista) de Raffestin (2009)², que resgata Gunnar Olson e Jean Brunhes para reafirmar que o espaço é a “prisão original” (a jaula), enquanto o território é a prisão construída pelos homens para eles mesmos – a partir de uma reorganização das condições espaciais.

Com efeito, a partir de uma mirada interdisciplinar sobre a forma pela qual as forças produtivas/destrutivas avançam na América Latina, o objetivo é refletir sobre os possíveis desdobramentos dessa contradição em movimento, especialmente porque nos parece, paradoxalmente, um oxímoro.

Afinal – o paradoxo –, em que pese a riqueza de sua diversidade material e cultural a forma de inserção das economias latino-americanas na economia mundial é basicamente monolítica, desde que “a bota espanhola pisou por vez primeira as areias brancas das Bahamas³”. Grosso modo – o

² Nos termos de Raffestin (2009, p.26): “O espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço [...] para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade”.

³ Uma das tantas ‘marcantes figuras de linguagem’ de Eduardo Galeno (1983), em *As Veias Abertas da América Latina*.

oximoro –, atualmente este modelo de desenvolvimento ocorre mediante a formação de territórios que se assemelham a enclaves destrutivos, na medida em que criam temporárias ilhas de prosperidade em mares de pobreza, lama e tragédias socioambientais.

Ademais desta introdução e das reflexões finais, o trabalho se articula em mais quatro seções, nas quais refletimos: (i) sobre o desenvolvimento capitalista; (ii) sobre a lógica da espacialização mundial do capital e suas tendências; (iii) sobre a América Latina nesse desenrolar e (iv) sobre a aceleração deste processo histórico e seus possíveis desdobramentos.

2. Devir e desenvolvimento capitalista em perspectiva objetiva

O devir é um conceito espaço-temporal, pois remete a dimensões tanto no espaço quanto no tempo para construir a ideia de movimento. Conforme afirmamos, esse movimento se dá pela transição entre modos de produção, ou melhor, entre um modo de produção que se desenvolveu tanto desde seu início, que já apresenta características complexas o suficiente para se tornar o marco inicial de um modelo civilizacional distinto, i.e., assente em outra relação social de produção, mas também a partir de outra lógica⁴.

A rigor, mediante o seu próprio processo de desenvolvimento, um modo de produção determinado gera contradições que já não são mais assimiladas por ele, mas por outro que está por vir, e tais contradições passam a funcionar então como pressupostos do novo ou subsequente modo de produção⁵.

Nesse sentido, o devir diz respeito a “uma sucessão temporal dos modos de produção ou movimento pelo qual os pressupostos de um novo modo de produção são condições sociais que foram postas pelo modo de produção anterior e serão pressupostas pelo novo modo de produção”. (CHAUÍ, 2007)

Já o desenvolvimento também é um movimento processual, porém um desenrolar que intercorre em âmbito de um determinado modo de produção no intuito de reformular aqueles pressupostos (que lhes foram transpostos) a fim de torná-los aspectos postos, num ciclo de

⁴ O modo de produção feudal, por exemplo, estava organizado a partir da relação servil e sob a lógica da produção de valores de uso em primazia aos valores de troca, logo, de tal forma que nos mercados locais circulavam apenas uma parcela residual do produto social. Diferentemente do que ocorre com o modo de produção capitalista que, como sabemos, funciona a partir da lógica de produção própria de uma economia monetária mercantil, logo, pautado pela produção de valores de troca, mediante a qual, tanto o produto social é, via de regra, destinado ao mercado, como o trabalho individual é chancelado como parte integrante do trabalho social quando o valor produzido é, de fato, realizado na esfera mercantil.

⁵ Por exemplo: um crescimento econômico relativamente acelerado é pressuposto do capitalismo, pois sem crescimento não há lucro e, como se sabe, capitalismo sem lucro é igual a crise. No entanto, um olhar retrospectivo revela que se trata [o crescimento econômico] de um pressuposto que toma lugar enquanto contradição que o sistema feudal não fora capaz de resolver. De acordo com o trabalho de historiadores – tais quais Maurice Dobb e Eric Hobsbawm – existia crescimento econômico na era feudal, porém insuficiente para dar conta do ritmo do aumento populacional vigente; daí a necessidade de um novo modo de produção, capaz de tornar o crescimento econômico relativamente acelerado um elemento posto, i.e., próprio de sua dinâmica.

contradições internas (CHAUÍ, 2007). Logo, o desenvolvimento complementa o devir à medida que expressa o processo que ocorre em certo modo de produção. Daí o movimento.

A lógica por seu turno é dialética. Durante o desenvolvimento de um modo de produção são criadas contradições, postas sequencialmente, mas que são superadas pelo próprio sistema, i.e., a partir de sua lógica. Isto, em que pese o caráter mais complexo das contradições que despontam no transcorrer desse movimento processual; pelo menos até que determinada contradição, ou conjunto de contradições não possa mais ser solucionado a partir da relação social hegemônica (no modo de produção vigente).

A partir do momento em que o sistema não é capaz de resolver as contradições engendradas por ele mesmo, estas o dissolvem e se tornam, então, contradições postas por esse sistema – em dissolução – a servirem de pressupostos para o sistema que venha a se firmar posteriormente (CHAUÍ, 2007).

Assim, dois modos de produção podem chegar a coexistir durante um período, que pode ser bastante longo, como advoga a interpretação mais difundida acerca da transição do feudalismo ao capitalismo. O que talvez tenha motivado autores (Dobb, Hobsbawm, Sweezy, Hilton, Brenner, Takahashi, dentre outros⁶) a dedicar profundos esforços interpretativos sobre esta fase. Mas também Heller (2018) a afirmar que o estudo da fase de transição pode ser importante para se extrair possíveis elementos indicativos de uma nova transição – que viria do desenvolvimento capitalista.

No entanto, tratar do desenvolvimento do capitalismo não é tarefa simples. Antes de tudo é preciso reconhecer a dificuldade em se lidar com um tema controverso – um terreno onde as interpretações nem sempre convergem, aliás, em muitos casos, opõem-se diametralmente. Sachs (2008, p. 25), por exemplo, nos lembra que o desenvolvimento não se presta a ser encapsulado em fórmulas simples, sobretudo porque sua multidimensionalidade e complexidade lhe emprestam um caráter fugidio.

A despeito dessa natureza fugidia, complexa e controversa do tema, não abrimos mão de encaminhar alguns passos nessa seara – ainda que ela se apresente traiçoeiramente pantanosa – ou perigosamente movediça –, sobretudo para ser tratada de forma tão ligeira, como no espaço de um artigo do que ora propomos⁷.

Para tanto, inicialmente apoiamos no trabalho de Bonente (2011), que, ao discorrer sobre as teorias clássicas do desenvolvimento, aponta que carregam, grosso modo, uma dupla natureza.

⁶ A respeito do debate em torno da fase de transição recomendamos a leitura de *A transição do feudalismo para o capitalismo* (2004), que reúne artigos dos autores supracitados (à exceção de Brenner) e de outros.

⁷ Sublinhamos: o objetivo desta seção não é o de esgotar uma discussão acerca das distintas teorias do desenvolvimento, mas apresentar, ainda que sucinta e sinteticamente, uma ideia de desenvolvimento que empreste certa objetividade à análise que pretendemos construir nas seções seguintes. Todavia, para um resgate das teorias do desenvolvimento recomendamos a leitura de Bonente (2011).

Maniqueísta, na medida em que associam o desenvolvimento econômico a algo bom, bem como sua ausência, o “subdesenvolvimento”, a algo ruim. Positiva, ao passo que colocam esse fenômeno em bases essencialmente materiais – uma vez que se tornar desenvolvido significa passar a uma situação superior em termos de bem-estar material.

Em vez disso, Bonente (2011) defende uma tese na qual o conceito de desenvolvimento seja empregado – ou entendido – de modo puramente objetivo, exclusivamente para referir-se às propriedades objetivas de funcionamento de um objeto em questão. Assim, com a ajuda do pensamento de Lukács (1979), resgata a ideia presente nos trabalhos de Marx para reafirmar que “o desenvolvimento significa o reconhecimento objetivo de um aumento no grau de complexidade dos complexos constitutivos de um objeto estruturado”.

Tal perspectiva abre caminho para que se observem duas características centrais da noção objetiva de desenvolvimento: (i) o caráter desigual do fenômeno e (ii) sua historicidade. Em relação à última, Bonente (2011) destaca que “atribuí-la a determinado objeto significa, antes de tudo, reconhecer seu contínuo movimento ao longo do tempo”. Nesse sentido, reforça que é fundamental sublinhar-se o termo “contínuo”, uma vez que só se pode observar mudanças num determinado objeto na medida em que ele se sustente enquanto tal, ou seja, importa que haja *permanência na mudança*.

Ademais, a referida autora se apoia nas ideias de Lukács (1979, p. 79) para apontar que a historicidade não significa, apenas, permanência na mudança, mas também uma determinada direção nesta, expressa em transformações qualitativas de determinados complexos.

Já em relação ao caráter desigual do desenvolvimento, Bonente (2011) argumenta que o aumento da complexidade pode não acontecer de forma homogênea em todos os complexos constitutivos de determinado objeto estruturado, o que significa que o desenvolvimento pode recrudescer mais em algumas dimensões desse objeto do que em outras; ou, ainda, que ele pode ocorrer em alguma dimensão mesmo que não se verifique progresso algum em outras, ou alguns de seus complexos.

Portanto, a ideia que estamos a reafirmar neste trabalho é que o desenvolvimento, em si, não é algo “bom” ou “ruim”, tampouco que esteja relacionado unicamente ao aumento da riqueza material de uma ou outra formação social. Tal qual Bonente (2011), assumimos uma perspectiva na qual este fenômeno é encarado como um processo que se caracteriza pelo aumento no grau de complexidade dos aparatos, ou complexos constitutivos de determinado objeto estruturado: o modo de produção capitalista.

3. Mundialização e espacialização do capital: gênese, lógica e tendências

Neste apartado procuramos lançar luz sobre o processo de complexificação e expansão territorial do modo de produção capitalista, obviamente sem a pretensão de esgotar as nuances que

conformam esse longo – e modorrento – processo, que se estende desde a fase de transição do feudalismo à atual etapa de capitalismo financeirizado, não sem antes passar por diversos períodos de forte violência, cristalizada sob distintas formas, a exemplo de guerras mundiais ou mesmo do processo de acumulação primitiva. Desse desenrolar extraímos apenas aqueles aspectos que julgamos importantes à construção da linha de raciocínio que almejamos.

Isto, pois nos importa entender como certa lógica de inter-relação espacial própria do período de transição do feudalismo reaparece como tônica do desenvolvimento da economia capitalista, mas também como fator determinante na construção de uma divisão internacional do trabalho que estrutura esse desenrolar a partir de uma teia de espaços interconectados. Em outras palavras, nos importa apreender a gênese e as nuances de uma relação entre sistemas econômicos espacialmente localizados como uma lógica subjacente ao processo de acumulação de capital em escala global, ou, à mundialização do capital.

Aos nossos olhos, se tal lógica marca tanto a ontogênese do capitalismo, como também suas etapas posteriores de complexificação, isto a torna uma lógica da engrenagem central na dinâmica de desenvolvimento capitalista.

Logo, identificar tal conteúdo de interação espacial como um elemento, por assim dizer, inscrito no “DNA” do capitalismo, e desvendar as tendências de desenvolvimento que enceta, é tarefa central à apreensão do movimento de expansão [espacial] deste modelo civilizacional, conseqüentemente, também de suas repercussões sobre a natureza e sobre os espaços construídos, mas, sobretudo, sobre a vida de populações ou territórios por ele atravessados.

Feitos tais esclarecimentos, remetemos diretamente ao período de transição do feudalismo para de lá extrair uma lógica que nos parece determinante para compreender o funcionamento do capitalismo enquanto sistema mundial. Tal lógica se inscreve na mecânica de interação espacial construída na relação campo-cidade estabelecida com o “ressurgimento das cidades”, justamente ao passo da deserção de um contingente cada vez mais expressivo de força de trabalho dos espaços rurais, que migravam para estes novos territórios urbanos em construção.

Em “Evolução do Capitalismo”, Dobb (1987) descreve com certo nível de detalhamento o processo de derrocada do feudalismo e de constituição do capitalismo, por conseguinte o processo pelo qual o modo de produção feudal engendra contradições que não consegue resolver e que acabam, portanto, como pressupostos de funcionamento do modo de produção capitalista. Pois, do bojo desse movimento, nos parece central resgatar a lógica de transferência de valor e hierarquização espacial inscrita no mecanismo de trocas entre o campo e as cidades ressurgidas, em boa medida, com o próprio desenvolvimento do comércio, sobretudo o de longa distância.

Tarefa factível a partir da descrição apresentada por Dobb (ibid.) acerca da constituição das guildas mercantis. Ao descrever os detalhes desse processo, o referido autor não poupa tinta para

realçar que as mercadorias oriundas do campo só poderiam ser vendidas nas cidades por intermédio das respectivas guildas, e de que estas, por seu turno, negociavam mercadorias produzidas pelos artesãos citadinos com os camponeses. Ou seja, as guildas mercantis regulavam os termos de intercâmbio entre os produtores do campo e da cidade.

Com bem descreve Dobb (ibid.), longe de ser uma troca governada pelo logro geral e igualitário entre as partes – ou pela “mão invisível” do mercado –, as guildas mercantis de cada cidade determinavam preços e, em muitos casos, também a qualidade (ou especificações) das mercadorias transacionadas. Dessa forma, acabavam por construir um mecanismo de transferência de valor do campo à cidade, à medida que os termos de troca favoreciam, obviamente, aqueles que detinham poder discricionário sobre os preços: os artesãos da cidade organizados em torno do poder de monopólio das guildas.

Pela via da troca desigual, que se consubstanciava mediante um mecanismo de preços relativos, denominado por Dobb (ibid.) de “colonialismo urbano”, criava-se uma lógica de interação espacial assente não apenas na divisão territorial do trabalho, mas, sobretudo, na hierarquização entre sistemas econômicos geograficamente localizados. Dito o mesmo de outra forma: a hierarquização espacial se articulava mediante um sistema mais amplo formado por subsistemas menores centrais e periféricos, pelas quais o valor circulava em favor da sua maior acumulação nos primeiros.

Ou seja, a lógica de interação espacial própria do “colonialismo urbano” já se afirmava mediante o funcionamento de um complexo (o sistema maior) de complexos (os subsistemas). É curioso notar, seja nos escritos de Dobb (ibid.), ou mesmo nos de outros autores que se debruçaram sobre o tema – como Hobsbawn (2014) – que séculos mais tarde essa mesma lógica ressurge, em um mecanismo mais sofisticado e amplo, como elemento explicativo da primeira Revolução Industrial.

Ora, não é nenhuma novidade, que já sob o manto da acumulação de capital, tal processo de eclosão industrial é revolucionário sobretudo do ponto de vista do avanço técnico, implementado a partir da exploração do trabalho assalariado no interior da esfera produtiva. Logo, do avanço técnico motivado pela extração de mais-valor. Consequentemente, um desenvolvimento impulsionado principalmente pela busca do lucro, que a própria Reforma protestante derrubara como pecado digno de “danação eterna” – para lembrar uma expressão cunhada por Leo Huberman (1976), no “clássico” *História da Riqueza do Homem*.

Porém, o que muitos estudos deixam de sublinhar (alguns inclusive de mencionar) é que a Revolução Industrial intercorrerá na Inglaterra no último terço do século XVIII não apenas pela aplicação bem-sucedida de inovações técnicas ao “mundo dos negócios”, tampouco exclusivamente pela mudança no quadro institucional promovido pela Reforma; mas por um conjunto de distintas razões.

A par das duas acima citadas, da presença abundante de carvão mineral nas úmidas terras da Grã-Bretanha, do crescimento populacional e dos “avanços” nos espaços rurais que liberaram braços para o trabalho industrial, é importante destacar desse conjunto de razões a política imperialista britânica, que garantia acesso a fontes da principal matéria-prima da indústria têxtil nascente. Isto, a partir de custos muito baixos, pelo uso da força, ou, em outras palavras, pela coerção chancelada militarmente.

Conforme apontado por Hobsbawn (ibid.), a política industrial inglesa é filha da sua política imperialista. Afirmação que nos parece muito bem colocada. Afinal, produzido nas colônias britânicas, em muitos casos mediante trabalho escravo, o algodão era transferido aos industriais ingleses a custos baixíssimos em função da natureza da relação estabelecida no espaço metropolitano, ou melhor, pela natureza da política metropolitana. Diga-se de passagem, uma natureza pautada pela superexploração daquilo que poderíamos chamar de “energias vitais” do processo de devir histórico, a saber: a natureza (os “recursos naturais”) e a força de trabalho, fontes únicas de onde emana todo o valor – de acordo com Marx (2013).

Enquanto valor posteriormente transformado nas fábricas que se desenvolviam na Inglaterra, o algodão cultivado em espaços coloniais reaparecia sob a forma de produtos têxteis, mercadorias vendidas – inclusive – nos mercados coloniais com preços igualmente sustentados pela relação metrópole-colônia. Replicava-se, portanto, a mesma lógica de troca desigual da época da transição do feudalismo, sob a velha mecânica de hierarquização espacial, porém, agora, repaginada e ampliada, tanto do ponto de vista geográfico como do valor da produção – ou do próprio conteúdo material desta, tendo em vista a complexidade dos produtos obtidos a partir da produção industrial.

Nesse sentido, talvez não seja correto afirmar que se tratava simplesmente de vinho velho em garrafa nova. Pois, se tanto é verdade que essa lógica fora transposta para uma base geográfica mais extensa, também o é que tal movimento ocorrera mediante um sistema com mecânica de exploração da força de trabalho e da natureza (as energias vitais do devir histórico) sobejamente mais sofisticada, complexa, sobremaneira quando analisado o que ocorria com a esfera da produção na metrópole.

Portanto, não se tratava de mais do mesmo, haja vista que a expansão espacial da troca desigual envolvia encomendas estatais, força militar e produtiva mais desenvolvidas, bem como um sistema de pagamentos mais sofisticado que se estendia sobre uma base geográfica substancialmente mais ampla, na qual o valor circulava sob os auspícios da dinâmica industrial inglesa – logo, sob a batuta da acumulação capitalista na economia mais avançada (nesse sentido) naquele ponto do devir histórico.

Algodão (e outros produtos agrominerais) de um lado, mercadorias têxteis de outro, eram trocados com termos de intercâmbio francamente favoráveis aos produtores dos últimos, e, dessa forma, restabelecia-se a mesma lógica por detrás do mecanismo do velho “colonialismo urbano”. Aos

nossos olhos, em que pese a diferença no grau de complexidade das mecânicas, a natureza da relação entre o campo e a cidade, estruturada no “colonialismo urbano”, é, em essência, a mesma daquela estruturada posteriormente entre as metrópoles imperialistas e suas respectivas colônias no período batizado por Eric Hobsbawm de “Era dos Impérios”.

A rigor, a diferença se dá no que toca à extensão e ao grau de complexidade da mecânica engendrada. Por um lado, a troca simples de mercadorias entre camponeses e artesãos em um ambiente feudal, espacialmente restrito e marcado por técnicas ainda muito rudimentares de produção. Por outro, a circulação de valor sob a forma de mercadorias produzidas entre subsistemas econômicos centrais e periféricos, integrados e integrantes de um sistema econômico mais amplo: a economia mundial capitalista, em período de franca expansão geográfica e caracterizada por um avanço – ou salto – técnico sem precedentes na história da humanidade.

Além disso, um movimento de expansão que se consubstanciava, nas metrópoles, mediante uma relação social igualmente mais avançada: a relação capital-trabalho, assente no assalariamento da força de trabalho. E, mais do que isto, através de um sistema monetário muito mais desenvolvido, que envolvia uma moeda de conta internacional (a libra esterlina), mas também um circuito em cujo tanto o dinheiro já exercia a função de capital, como este assumira a sua forma portadora de juros, ou seja, uma das formas cuja complexificação posterior matizaria a etapa atual de desenvolvimento capitalista.

Ademais, é central anotar que esse processo traça o contorno de funcionamento da economia mundial, não apenas sob a batuta das leis que regem o processo de reprodução ampliada do capital, mas de forma a criar-se uma hierarquia bastante definida entre economias que se articulam numa teia de relações espaciais cada vez mais ampla e complexa. Para usar a ideia de Wallerstein (2004), um “sistema-mundo”.

Contudo, um sistema que se organiza a partir da lógica de um *hegemon*⁸ - ou nação hegemônica. Naquele momento, em que as respostas do catolicismo cediam lugar as perguntas e luzes da Idade da Razão, enquanto arcabouço institucional da modernidade⁹ nascente, a nação hegemônica era a *Grã-Bretanha*. Assim, eram os valores da civilização burguesa em geral, mas da burguesia britânica em particular que eram disseminados junto à expansão da economia além-mar que se estruturava de forma a atender, principalmente, as demandas da industrialização inglesa.

⁸ A ideia de hegemon de acordo com o pensamento de Gramsci.

⁹ “A modernidade pode ser descrita a partir de diferentes óticas. No entanto, a mais comumente utilizada – e quiçá aceita – é aquela que a identifica, grosso modo, com a passagem para uma nova concepção de controle, um novo mapa cognitivo, um ideário inaugurado pelo pensamento cartesiano, em lugar e superação das instituições típicas da Idade Média. Fundada na autonomia, mas, sobretudo, na superioridade da razão sobre as “trevas” do catolicismo, a modernidade suplanta a lógica da escolástica, para colocar o homem e suas realizações no centro do universo – portanto, numa perspectiva antropocêntrica” (JEZIORNY, 2018).

O próprio tráfico de escravos do sistema colonial serviu para conformar uma economia triangular ultramarina (Europa, África e América) que deu impulso à Revolução Industrial. Nesta conformação, pessoas capturadas no continente africano para serem vendidas como de força de trabalho escravo empregada especialmente nas *plantations* caribenhas, eram permutadas, muitas vezes, por manufaturas inglesas, de forma a fomentar – draconianamente – a produção industrial britânica. Ademais, na esteira desse processo, alguns dos produtos tropicais obtidos a partir do trabalho escravo serviriam de matéria-prima para novas atividades industriais britânicas, o que estimulava ainda mais o seu desenvolvimento. (WILLIAMS, 2012)

O sistema-mundo “wallersteiniano” (daquele momento) se configurava a partir das políticas imperialistas britânicas, mediante a ação, ou melhor, coerção direta da marinha britânica (então “Senhora dos Mares¹⁰”), bem como através da libra esterlina no papel de principal moeda de comércio internacional, e isto sobejamente em função das necessidades da acumulação de capitais britânicos. Afinal, naquele momento, eram os britânicos que forneciam o “painel de controle” da economia mundial – expressão cunhada por Hobsbawn (ibid.).

Nesse sentido à plena apreensão do funcionamento da economia mundial é interessante não perder de vista que o desenvolvimento desta, apontado por Marx como uma das missões do capitalismo no processo de devir histórico, intercorre mediante a conformação de uma estrutura que articula economias centrais e periféricas (hierarquicamente) a partir dos interesses das primeiras; porém em conformidade com o painel de controle fornecido pela nação mais poderosa do planeta em cada momento, tanto do ponto de vista militar quanto econômico, mas também institucional.

Na época da primeira Revolução Industrial as mercadorias eram em sua maioria transportadas em embarcações inglesas, garantidas pela imponente marinha militar britânica, bem como os negócios internacionais pagos em libras esterlinas. Logo, a economia mundial capitalista se articulava primordialmente mediante o “painel de controle” britânico, o que significa a dizer que ela se organizara funcionalmente a partir de um centro, ou, em função de um *hegemon*: o Estado nação de onde se espera instituições para assegurar uma estabilidade mínima ao funcionamento de um sistema com forte inclinação ao desequilíbrio – como o capitalismo.

Atualmente, é o dólar estadunidense que assume o papel de dinheiro mundial e é justamente os EUA a nação que possui cerca de 800 bases militares espalhadas por praticamente todo o globo terrestre (BORON, 2012; KATZ, 2016), controlando não apenas o espaço marítimo e terrestre, mas também aéreo e espacial (BEAUD,). Ou seja, a economia mundial capitalista segue funcionando a

¹⁰ “Os navios e o comércio ultramarino eram, como todos sabiam, a seiva vital da Grã-Bretanha, e a Marinha, sua arma mais poderosa. Por volta de meados do século XVIII, o país possuía talvez 6.000 navios mercantes, perfazendo talvez meio milhão de toneladas, várias vezes mais que a frota mercantil francesa, sua maior rival”. (HOBBSAWM, 2014, p. 13)

partir do painel de controle de uma nação hegemônica; trocaram-se apenas posições nas peças no complexo tabuleiro da geopolítica mundial do capitalismo.

Em que pese as diferentes posições das peças no tabuleiro e a própria complexidade¹¹ deste, importa sublinhar que se o processo de constituição do capitalismo remete a contradições engendradas pelo sistema feudal, também é verdade que muitas destas, ao serem pressupostos de funcionamento do modelo civilizacional do capital, atravessam no desenvolvimento do capitalismo um processo próprio de complexificação (o que vai lhes tornar um aspecto posto do sistema).

Assim, com o passar do tempo, muita das contradições fundantes são remontadas, porém em graus mais altos de complexidade. O mecanismo de troca desigual é, nesses termos, um exemplo emblemático deste movimento, de reposição em graus mais elevados de complexidade de uma mesma natureza de contradição. Aos nossos olhos, uma daquelas contradições que, transpostas pelo feudalismo, inscrevem-se decisivamente no “DNA” do modo de produção capitalista.

4. América Latina na espacialização da economia mundial

Em “*Hipótesis pa el estudio de America Latina en La Historia Universal*”, Enrique Dussel (2018) afirma que uma civilização se universaliza à medida que suas objetivações são mais desenvolvidas, i.e., complexas; portanto, seu sistema de objetos se impõe sobre os demais pela sua superioridade objetiva. Para o referido autor, o triângulo Genova-Valência-Florença explica desde os séculos X e XI a civilização técnica universal que se desenvolve em nossos dias.

Civilização para Dussel (ibid.) é um mundo de objetivações: instrumentos e coisas úteis descobertos e transformados pelos homens para cumprir finalidades projetadas conscientemente por estes. Além disso, a característica própria dos instrumentos e seus sistemas é a impessoalidade em si, justamente o que os torna universalizáveis.

Nessa linha, um determinado grupo social, ou formação social pode universalizar-se enquanto civilização através da disseminação dos objetos técnicos que cria, mas sempre em função da superioridade objetiva destes em relação aos demais sistemas de objetos, i.e., demais civilizações¹².

Seguindo esse raciocínio, ainda de acordo com Dussel (ibid.), a compreensão da história da América Latina requer transbordar o século XVI espanhol para compreender as nuances da história ibero-americana; mergulhar na Idade Média, descobrir a influência islâmica e, na Europa, remontar ao período do renascimento dos Estados Pontifícios, sobretudo ao já citado triângulo composto pelas

¹¹ O que dizer da ascensão da economia chinesa e/ou das recentes declarações do chefe de Estado russo em relação à interferência estadunidense na Venezuela?

¹² Entretanto, a universalização desse sistema não implica, necessariamente, uma “adesão cultural” por parte dos povos envolvidos nesse processo. Isto é, adesão ao conjunto de significações que deram origem a intersubjetividade por detrás destes mesmos objetos e técnicas. Assim, por exemplo, seria possível que um africano aprendesse, na Alemanha, técnicas de construção de pontes e que as construísse tais quais em sua terra natal, sem, contudo, aderir à intersubjetividade alemã, quer dizer, sem se tornar um alemão em si. (DUSSEL, 2018)

idades de Gênova, Valência e Florença – que fornecem boa parte da explicação (ontogênica) para o sistema de objetos técnicos hegemônico atualmente.

Contudo, na análise, não se deve deixar de lado as grandes culturas andinas, especialmente astecas e incas, haja vista que determinam as estruturas da conquista ibérica. Tampouco culturas secundárias, como a chibcha, ou mesmo algumas ainda mais primitivas, pois estarão na base de muitos comportamentos atuais, seja nos espaços urbanos, seja nos espaços rurais. Afinal, “*explicar la estructura intencional de un grupo exige un permanente abrir el horizonte del pasado hacia un pasado aún más remoto que lo fundante. Es decir, explicar la historia de un pueblo es imposible sin una Historia Universal*”. (DUSSEL, 2018, p. 23)

Pois é justamente a História Universal que dá o pano de fundo, o contexto no qual a história de determinado povo ganha coerência, sentido lógico e proporcionalidade. Obviamente as limitações impostas pelo espaço disponível em um artigo da natureza do que ora propomos impedem de chegar tão longe. Contudo, não nos impede de revisitar alguns pontos marcantes da História da América Latina no contexto da História Mundial para, de lá, extrairmos algumas reflexões – ou hipóteses – norteadoras à construção de nosso raciocínio.

De maneira geral, remontamos ao descobrimento por parte dos ibéricos das riquezas minerais do continente latino-americano, particularmente dos metais preciosos (ouro e prata). Entendemos essa passagem como de fundamental importância para compreender-se o lugar do espaço geográfico da América Latina no contexto do devir (mundial), mas também a mola mestra da mecânica de desenvolvimento de suas economias. Isto, à medida que concorre para alguns movimentos articulados, intercorridos não necessariamente na ordem que expomos abaixo, mas que nos incitam a refletir acerca de alguns aspectos.

O trabalho em tela se ergue numa destas reflexões: o influxo de metais preciosos do continente americano à Europa deu forte impulso aos processos de centralização e concentração de capital iniciado com a acumulação primitiva; e esta mecânica tende a se repetir em níveis cada vez mais avançados de complexidade, tal qual ocorrera com o velho “colonialismo urbano”.

Basta ver, por exemplo, que os contratos de arrendamento de terras, no transcorrer do século XVI na Europa, eram geralmente firmados com a estipulação de pagamentos fixos distribuídos num prazo de 99 anos. A rigor, portanto, a renda da terra era contratualmente estipulada em valores monetários fixados por quase um século. (MARX, 2013¹³)

¹³ “No século XVI, a isso [usurpação das pastagens comunais] se soma mais um elemento de importância decisiva. Naquela época, os contratos de arrendamento eram longos, frequentemente por 99 anos. A contínua queda no valor dos metais nobres e, por conseguinte, do dinheiro, rendeu frutos de ouro ao arrendatário. Ela reduziu, abstraindo as demais circunstâncias anteriormente, o nível do salário. Uma fração deste foi incorporado ao lucro do arrendatário. O constante aumento dos preços do cereal, da lã, da carne, em suma de todos os produtos agrícolas, inchou o capital monetário do arrendatário sem o concurso deste último, enquanto a renda da terra que ele tinha que pagar, estava

Pois, a partir da exploração das jazidas latino-americanas por parte das economias metropolitanas, o significativo aumento da quantidade de ouro e prata a circular funcionou como um aumento na base monetária no sistema econômico europeu. Como resultado, observou-se um forte processo inflacionário nas economias europeias, mas muito especialmente naquela que atraía o grosso desse influxo: a economia britânica. Para Marx (ibid., p. 815) “não é de admirar, pois, que a Inglaterra, no final do século XVI, possuísse uma classe de arrendatários capitalistas, consideravelmente ricos para os padrões da época”

Além de contribuir para a acumulação de capital que seria invertida posteriormente na industrialização, tal processo, ao passo de corroer cada vez mais a renda dos proprietários de terras britânicos, funcionou como um mecanismo de transferência de renda aos arrendatários, haja vista que estes tinham os preços das mercadorias que produziam, por assim dizer, corrigidos, enquanto os pagamentos aos proprietários – da renda da terra – estavam fixados por praticamente um século.

Com efeito, ganha impulso um movimento de concentração de capital em favor da fração da classe burguesa arrendatária de terras – europeia em geral, mas britânica em particular. Ademais, muito em função desse processo, esta fração de classe acaba por se tornar, em muitos casos, proprietária de boa parte das terras que arrendava, ante a substantiva concentração de capital que proporcionava associada à situação de crescente dificuldade financeira na qual se afundavam os antigos proprietários de terras.

À época, o resultado dessa desproporcionalidade na distribuição funcional da renda, acabou por funcionar como um mecanismo de transferência de riqueza social (terras aráveis trabalhadas) para a classe que mais se beneficiava desse mecanismo.

A rigor, a tendência à concentração de capital, que é própria do sistema, se avilta com o processo inflacionário em favor daqueles que invertiam capital na agricultura mediante o arrendamento de terras, pois uma parcela significativa de seus custos tendia –relativamente – a níveis cada vez mais baixos.

Por outro lado, esta tendência favorecia a centralização das terras em benefício da burguesia que a explorava, tendo em vista que esta se beneficiava de termos de intercâmbio que lhes eram, ou foram, durante muito tempo, amplamente favoráveis, ao passo que sua “contraparte” – os proprietários de terras – se viam em situação de dificuldades monetárias crescentes. O resultado dessa mecânica foi a aceleração da centralização das terras em favor da burguesia.

Isto posto, nos parece que a conformação da ordem latino-americana não é um processo fortuito, aleatório e desprovido de sentido lógico, mas um processo tributário da necessidade de

contratualmente fixada em valores monetários ultrapassados. Desse modo ele enriquecia, a um só tempo, à custa dos trabalhadores assalariados e de seu *landlord*”. (MARX, 2013, p. 814)

acumulação de capital em escala mundial (anda que tenha sido um acidente histórico). Nessa linha, a conformação da ordem latino-americana é tributária do imperialismo¹⁴, ou, da própria geopolítica da acumulação de capital em escala global. Esta é a pedra angular de suas formações econômicas.

Nessa sentido, a espacialização do capital na América Latina produziu – como colocado por Ansaldi e Giordano (2016) – “dialéticas constituintes”, que ademais de ocultarem as dialéticas constituídas entre os povos originários, explicam o movimento pelo qual se dá o processo de complexificação do modo de produção capitalista nas formações sociais latino-americanas: fortemente marcado pela sujeição ao imperativos da acumulação de capital das economias centrais, mas, também, por uma “temporalidade mista”.

Os autores supracitados resgatam as ideias de Quijano (1988), em especial quando afirma que tal “temporalidade mista” é importante à compreensão da tensão subjacente às relações entre os elementos constitutivos da identidade latino-americana. Mas também resgatam Calderón (1987), para afirmar que esta temporalidade confere ao devir latino-americano uma coexistência de historicidades “dinâmicas, conflitivas e metamórficas” – tempos diferentes, superpostos e truncados.

De acordo com Jeziorny (2015), trata-se de um tempo plural.

Pois são tempos dentro do tempo. O tempo da humanidade, formado pelos tempos de distintas sociedades. Os tempos destas sociedades, formados de tempos de diversos indivíduos. E não podemos esquecer que este tempo composto e complexo da humanidade corre ainda dentro de um outro tempo: o da natureza. Assim, é como se estivéssemos dentro de uma espiral do tempo, conformada por círculos cada vez maiores, específicos, de tempos históricos diversos que vão se encaixando uns dentro dos outros (claro que por vezes com muita fricção ou violência). (JEZIORNY, 2015, p. 34)

Para Ansaldi e Giordano (ibid.), tal superposição de tempos [mistos, truncados] atribui certa leniência ao devir latino-americano, daí uma sociologia da história lenta. Contudo, defendem estes autores que a historicidade da América Latina, i.e., de seus tempos mistos, truncados, coexistentes e metamórficos, não deve ser lida a partir da sociologia da história lenta, mas de uma perspectiva da história acelerada.

Estamos de acordo com tal proposição, pois é justamente o avanço de um modelo civilizacional com temporalidade mais acelerada, sobre as temporalidades mais lentas dos povos originários do continente, o que produz as (novas) dialéticas constituintes do que chamamos, hoje, América Latina.

4.1 América Latina na dinâmica acelerante do modo de produção capitalista

¹⁴ Sobre o tema sugerimos a leitura de Amaral (2012).

Para Hobsbawm (ibid.), ainda que desde a queda do muro de Berlim um “estadunidense incauto” tenha anunciado o fim da história, esta está a evoluir num ritmo que coloca em xeque, ou em risco, o futuro do ambiente natural, e, com ele, o da própria humanidade. Assim sendo,

[n]ão podemos falar sobre o futuro político do mundo, a menos que tenhamos em mente que estamos vivendo um período em que a história, ou seja, o processo de mudanças na vida e na sociedade humana e o impacto que os homens [e mulheres] impõem ao meio ambiente global, está se acelerando a um ritmo estonteante. (HOBSBAWM, 2007, p. 36)

O que repercute no fundo desse raciocínio é o fato de que um determinado modelo civilizacional, i.e., um determinado sistema de objetivações – de acordo com Dussel (2018) – se universaliza a passos largos. Ressaltamos que esta universalização traz, a reboque da plethora material e da própria reconstrução social da natureza, uma sensação de que o tempo está a passar mais velozmente.

Para Koselleck (2001; 2006), a aceleração do processo histórico é fortemente tributária da modernidade, que trouxe, montada num fantástico conjunto de transformações socioeconômicas, uma nova forma de se interpretar o tempo. De acordo com o historiador alemão, a partir do século XVIII o ritmo mais acelerado das transformações socioeconômicas, impulsionado tanto pela Revolução Industrial como pela Revolução Francesa, transformou a relação das pessoas com o tempo.

Até então, e especialmente na Europa ocidental, se costumava olhar para o passado e buscava-se repetições deste para entender-se o porvir, numa época em que o arcabouço institucional era formado fundamentalmente pelos ditames do catolicismo, i.e., o mundo já estava explicado a priori, pelas leis da divina providência.

Contudo – conforme apontamos ligeiramente em seção anterior – as ideias do Iluminismo vieram a substituir esse mapa cognitivo, de tal forma que as pessoas tivessem mais estímulos para perceber que eram as transformações do presente que explicariam o futuro, em lugar de simples pregações pretéritas. Os olhos se voltavam então para o presente também em sua estreita conexão com o futuro, e não mais exclusivamente ao passado, em busca de explicações para o funcionamento do mundo. De acordo com Koselleck (ibid.), nesse momento do devir, a noção de progresso praticamente toma o lugar da noção de eterna repetição na forma das pessoas interpretarem o tempo – entendido agora enquanto processo.

Como um dos resultados, a busca pelo lucro, não mais pecado digno de “danação eterna”, impulsiona o mundo dos negócios numa velocidade “estonteante”. E é justamente em busca por uma velocidade ainda maior à circulação de mercadorias, que se desenvolveriam meios de transporte que “encurtariam” as distâncias, mas também meios de comunicação que permitiriam universalizar visões de mundo e, sobretudo, mecanismos de criação de desejo, como a mobilização da moda em mercados

de massa, importante inovação para acelerar o consumo e dar ensejo à “compressão do espaço pelo tempo” – tal qual trata Harvey (1990), em *La Condición de la Posmodernidad*.

A economia se expande mundialmente na esteira dessas transformações e culturas praticamente isoladas são postas em contato. No entanto, para Braudel (1987), o conceito mais importante não é o de economia mundial, mas o de “economia-mundo”. Isto é, o de um sistema de produção mercantil – capitalista – que se irradia a partir de um centro e sobejamente em função deste, ou, das necessidades de acumulação de capital das economias que conformam o centro sistêmico.

Conforme apontamos, é justamente nesse processo de constituição de um “sistema-mundo” (Wallerstein), mas principalmente de uma “economia-mundo” (Braudel), que a América Latina é envolvida no desenvolvimento do capitalismo; um processo em aceleração quando observado desde a perspectiva do devir histórico. O que traz implicações à dinâmica de funcionamento de suas economias. E é justamente este o ponto que pretendemos explorar com um pouco mais de atenção.

Entretanto uma ressalva. Talvez a história não seja tão linear quanto exposto até aqui. De acordo com os trabalhos de Heller (2018) e Ansieva & Nişancioğlu (2015), este tipo de construção teórica (Teoria do Sistema Mundo) carrega uma lacuna, pois deixa de explicar como as formações sociais não europeias ocidentais contribuíram ativamente à formação do capitalismo. E tampouco explica a presença de relações sociais de produção “pré-capitalistas” neste processo.

Em suma, estes autores criticam a ideia de que o modo de produção capitalista tenha nascido na Europa Ocidental e se irradiado para outros espaços. Com efeito, essencialmente, constroem uma crítica à perspectiva eurocêntrica da história, ou, ao “eurocentrismo do historicismo”.

O que talvez não venha a ser, de fato, uma posição radicalmente nova. Em *La Acumulación en Escala Mundial*, Amin (1975) é taxativo ao afirmar que as relações entre a Europa ocidental (o centro em formação) e a nova periferia que se constitui durante o período mercantilista, são essenciais à gênese do capitalismo. Segundo o autor, as relações comerciais da época são um elemento fundamental do sistema capitalista em formação.

Heller (ibid.) apoiado em ideias marxianas e em franca crítica a interpretação de Brenner – que ele taxa de positivista – acerca da fase da transição do feudalismo, afirma que o modo de produção capitalista é, desde sempre, um modo de produção global, e não um modo de produção que tenha se irradiado a partir de um centro formado principalmente por Inglaterra e Holanda. Segundo o autor, relações sociais de produção típicas do capitalismo haviam surgido antes em lugares da Europa Oriental, mas sobretudo no mediterrâneo – conforme deixamos sugerido a partir das ideias de Dussel (2018), acerca do triângulo Genova-Valência-Florença.

Não obstante seu caráter positivista, para Heller (ibid.) a interpretação de Brenner é também economicista, pois deixa de considerar a importância substantiva de fatores políticos, como a constituição dos Estados nacionais que foram essenciais para garantir o poder político da burguesia

nascente e um quadro institucional que fizera pender a balança de poder em favor de sua bandeja; bem como fatores culturais, a exemplo da mudança no mapa cognitivo que, ao derrubar velhas ideias, especialmente do catolicismo, estimulou a busca pelo lucro e um tipo de racionalidade instrumental que foi – e ainda é – peça chave na construção do modo de vida do capital.

Além disso, a “surpreendente perspectiva positivista” de Brenner, o impede também de enxergar que a lei do valor só alcançaria seu desenvolvimento completo no século XVIII, da mesma forma que o impede de compreender a dialética subjacente entre as esferas da produção e da circulação do capital nesse processo – que intercorria no palco de uma economia intercontinental, portanto, além dos limites estreitos da Europa Ocidental e muito além de economias isoladas da Inglaterra e da Holanda [conforme deixamos sugerido anteriormente pela citação de Williams (2012)].

De maneira geral, a perspectiva positivista de Brenner deixa escapar que mesmo os produtos obtidos nas colônias a partir de trabalho escravo ou servil, acabavam incorporados em processos de valorização de capital, na medida em que eram utilizados como matérias primas transformadas em mercadorias nos centros capitalistas. Isto é, numa espécie de “realização indireta” do valor, em âmbito de um capitalismo mundial.

Contrastando com tal visão, uma perspectiva verdadeiramente dialética e não eurocêntrica da história seria capaz de perceber que não coube à América Latina (e outros espaços fora da Europa ocidental) um papel menor na formação do modo de produção capitalista, mas uma posição substantiva neste processo.

Especialmente por se tratar de um sistema monetário, i.e., orientado pela obtenção de lucro em sua forma monetária, a América Latina fora peça chave na constituição do capitalismo e do próprio desenvolvimento pleno da lei do valor. Vale lembrar Amin (1975), mais uma vez taxativo ao afirmar que em âmbito do comércio internacional, que envolvia tanto o “Novo Mundo”, como as sucursais orientais e africanas, o grosso dos intercâmbios procediam justamente da periferia e, nesse sistema, “Europa no tiene gran cosa para ofrecer, salvo el metal precioso que obtiene en América” (ibid. p. 57).

Afinal, um sistema que se desenvolve com o mercado mundial, necessita um forte estoque de dinheiro mundial para alcançar envergadura e velocidade suficientes à circulação de mercadorias. Neste caso, do ouro e prata provenientes sobretudo das minas latino-americanas – haja vista que estes metais já exerciam a função de equivalente geral de valor, mas especialmente de dinheiro mundial.

Assim, o próprio desenvolvimento hegemônico da relação capital-trabalho com base no assalariamento da força de trabalho e, conseqüentemente, na obtenção de mais-valor (relativo ou absoluto) na esfera produtiva na Europa Ocidental, se associa à extração da mercadoria que serviria de equivalente geral de valor no contexto da economia mundial. O que como sabemos – e reforça

Heller (ibid.) – intercorria muito especialmente mediante a exploração do espaço geográfico latino-americano, ainda no século XVI.

Nessa linha, Porto-Gonçalves (2013, p. 23) afirma que não apenas Wallerstein, mas também Quijano chamou “de sistema-mundo ao padrão de poder que passou a governar o mundo a partir de 1492, com a descoberta [sic] da América Latina”. A partir desse evento, segundo o autor, inicia-se o momento em que temos, de fato, uma geografia e uma história verdadeiramente mundiais, e nasce a noção de “mundo moderno”, em cujo acento recai sobre o segundo termo do binômio.

No entanto, carregar ênfase no “moderno” traz lá suas implicações, afinal, em boa medida atribui “papel protagônico exclusivo à Europa”, ao obscurecer que o “mundo” é partícipe desse processo. Nos termos do autor, “não fosse a colonização da América, a Europa não teria reunido forças para se impor ao mundo como seu verdadeiro centro hegemônico” (ibid., p. 24)

Seguindo esse raciocínio, entendemos que o capitalismo, enquanto modo de produção da modernidade, desponta como um sistema intercontinental que acelera o devir histórico, mas que para isso se apoia decisivamente nas riquezas naturais do espaço geográfico da América Latina.

Em seção anterior, especialmente com base nas ideias de Marx e descrições históricas de Maurice Dobb e Eric Hobsbawm, expusemos como a descoberta por parte dos europeus do ouro e da prata latino-americanos fora peça fundamental para acelerar os processos de concentração e centralização de terras na Europa, etapa fundamental à concentração dos meios de produção nas mãos de determinada classe social nos albores do capitalismo, como bem descreve Marx (2013) no capítulo XXIV d’O Capital.

Por sua vez, nesta seção e com base nos trabalhos de Heller (2018) e Ansieva & Nişancioğlu (2015), avançamos nesse raciocínio para afirmar que o modo de produção capitalista depende (para se desenvolver) não apenas dessa tendência de aumento na velocidade de suas leis de movimento¹⁵, mas também da reprodução daquele tipo particular de evento que marcou a ferro e fogo o seu nascimento, estando na base de uma de suas primeiras acelerações, i.e., o capitalismo depende da reaplicação do princípio da acumulação primitiva (AMIN, 1975) – ou da acumulação por espoliação, como afirma HARVEY (2005b), ante ao desconforto de qualificar por primitiva ou originária uma lógica que se repete ao longo de todo o processo de complexificação do capitalismo.

Nessa linha, entendemos que descortinar os possíveis rumos do desenvolvimento capitalista, hoje, requer apreender tais processos (espoliação e aceleração) conjuntamente e no que toca às suas formas sempre renovadas. O que inclui certamente o movimento das finanças por detrás desse

¹⁵Acelerar a rotação do capital desponta como uma das tentativas de contrarrestar tendências declinantes de taxas de lucro, haja vista que visa aumentar a massa de mais-valor produzido num determinado período. Os processos de concentração e centralização de capital se inscrevem nesse movimento, à medida que se articulam em processos de aumentos da composição orgânica do capital associados à esta dinâmica (o desenvolvimento dos meios de transporte talvez seja um exemplo emblemático).

movimento, mas também a trajetória do avanço das forças produtivas apoiado no espolio dos recursos naturais.

Por razões de espaço não nos deteremos em reflexões a respeito da natureza financeira desse movimento, ainda que ela seja peça fundamental neste quebra-cabeça. Contudo, dedicaremos algumas reflexões à natureza das inversões, ou territorializações contemporâneas dos capitais extrativistas. Não sem antes reafirmar que neste processo, a um só tempo expansivo e acelerante, o espaço geográfico latino-americano continua a desempenhar papel substantivo.

Basta ver que a América Latina foi o principal destino de investimento no mundo na exploração mineira entre 2003 e 2010¹⁶. Para se ter uma ideia, os orçamentos de exploração de mineração na região aumentaram mais de cinco vezes, passando de US\$ 566 milhões para US\$ 3024 milhões anuais neste período. (GORENSTEIN & ORTIZ, 2018)

Ademais, de acordo com Herrera (2017), Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela estão entre as nações consideradas de “mega-diversidade” biológica do mundo, pois detêm entre 60% e 70% de todas as formas de vida terrena. O que justifica a preocupação com a biopirataria. Uma forma renovada de pilhagem que, segundo Harvey (2005b), caminha a passos largos.

Pois é justamente em ritmo galopante que mecanismos completamente novos de acumulação por espoliação despontam hoje, a exemplo dos direitos de propriedade intelectual que pavimentam os caminhos pelos quais patentes e licenças de materiais genéticos, plasma de sementes ou outras formas de produtos podem ser utilizados (por grandes empresas transnacionais) contra os interesses de populações cujas práticas de gestão ambiental desempenharam – e a bem da verdade ainda desempenham – papel decisivo no desenvolvimento desses materiais. (HARVEY, 2005b)

Nessa linha nos parece pertinente, ademais de urgente resgatar os esforços daqueles autores aglutinados em torno da Ecologia Política, e especialmente dos que buscam construir, a partir desse diapasão, que reclama teoria e prática transformadora, um pensamento crítico essencialmente latino-americano.

Sobretudo porque, conforme Escobar (2017), uma análise da conjuntura regional e planetária e de como ela reflete nos debates teórico-políticos indica que o pensamento crítico latino-americano está em ebulição, porém, mais do isso, em sua efervescência, o conhecimento dos povos envolvidos nesse movimento, das comunidades em resistência e de tantos outros movimentos sociais, por assim dizer, “antissistêmicos”, assumem a vanguarda do pensamento para a construção de rotas à transição para uma civilização pós-extrativista e pós-capitalista.

¹⁶ Em percentuais em relação ao total mundial, o espaço geográfico latino-americano fornece: lítio (65%); prata (42%); cobre (38%); estanho (33%); ferro (21%); bauxita (18%); níquel (14%) e petróleo (20%), dentre outros recursos naturais essenciais não apenas ao desenvolvimento, mas a própria vida, como a água. (HERRERA, 2017)

Para Escobar (ibid.), essas forças sociais, desde baixo, “adquirem uma relevância incomum para a reconstituição dos mundos em face das graves crises ecológicas e sociais que enfrentamos, mais do que o conhecimento de especialistas, instituições e academia” (ibid., p.xx, tradução nossa).

Seguindo essa linha e numa crítica à aceleração do crescimento destruidor dos ecossistemas latino-americanos, Milanez (2017) reclama a necessidade de uma nova perspectiva sobre a natureza, a partir de uma visão crítica não eurocêntrica, fundamentalmente latino-americana e constituída, também, pelos saberes enraizados em territórios que teimam em funcionar a partir de outra lógica, que não a do capital.

Ao condenar o neoextrativismo pelos seus efeitos perniciosos sobre a natureza e sobre esses territórios, o autor resgata a ideia de “extrativismo ontológico” de Grosfoguel et all, para afirmar que a violência colonial, que arranca o sujeito coletivo de seu lugar de existência, acaba por operar sobre o tempo [entendido enquanto processo não linear] em suas três dimensões, pois “esvazia de substância o passado, impõe um cotidiano de sofrimento e aniquila a perspectiva de futuro”. (IBID., p. 295)

Reflexões finais

Diante dos sinais concretos cada vez mais fortes de crise do modelo civilizacional com as condições gerais de produção, este ensaio partiu de alguns questionamentos: Quais seriam os possíveis papéis às formações socioeconômicas latino-americanas? Aquilo que O'Connor apontou como segunda contradição fundamental do capitalismo seria uma contradição decisiva para encaminhar um novo modo de produção, ou mais uma a ser absorvida pelo modelo civilizacional do capital, de tal forma que funcionaria como um elemento a concorrer para o seu desenvolvimento?

O fato é que não chegamos ainda resposta definitiva para tais questões. Nos parece que, na encruzilhada, duas rotas estão abertas; tanto é possível que a destruição da natureza abra caminho para que o capital reconstrua o mundo a sua imagem e semelhança, tal qual indicam as mais renovadas formas de mecanismos de acumulação primitiva (transgenia, biotecnologia...); como a de que os conflitos que daí emergem aglutinem forças e condições objetivas suficientes para resgatar e aproveitar conhecimentos assentes em mapas cognitivos diferentes daquele que fundamenta a lógica da modernidade, ou seja, outros saberes, em outras visões de mundo, necessárias para atingir-se um modo de produção alternativo, calcado não na destruição da natureza, mas na sua preservação.

Para qualquer rumo o papel da América Latina parece decisivo. Por um lado, porque o seu espaço pode continuar a desempenhar o papel que lhe tem reservado a história acelerante do capitalismo, de tal forma que funcione como plataforma para alçar a acumulação de capital à voos ainda mais rápidos e cada vez mais distantes da Terra. Por outro, porque seus “territórios recalcitrantes”, aqueles que teimam em funcionar com outra lógica, podem ser como pontos

luminosos a indicar o caminho da aterrisagem, num retorno à Terra através de uma transição para um realidade pós-capitalista.

Resta saber qual história pretendemos escrever. Aquela que viemos acelerando até aqui, i.e. que coloca a reprodução do capital como mola mestra da sociabilidade e, dessa forma, degrada crescentemente e de forma cada vez mais veloz as condições naturais, ao ponto de provocar sérias tragédias socioambientais como as que ocorreram recentemente no Brasil. Ou uma que busque um caminho distinto deste, em cujos renovados mecanismos de acumulação primitiva reafirmam – desgraçadamente – que o capital não apenas “vem ao mundo escorrendo lama e sangue por todos os poros”, mas que ele assim tem se mantido.

Bibliografia

- AMARAL, M.S. *Teorias Do Imperialismo e Da Dependência: A Atualização Necessária ante a Financeirização do Capitalismo*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2012.
- ANSALDI, W. & GIORDANO, V. *América Latina: la construcción del orden Tomo I*. Ariel Buenos Aires, 2016.
- ANSIEVA, A. & NIŞANCIOĞLU, K. *How the west came to rul.: The Geopolitical Origins of Capitalism*. Plutopress. Londres, 2015.
- AMIN, S. *La acumulación em escala mundial*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.
- BONENTE, B. A. I. M. *Desenvolvimento em Marx e na Teoria Econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, 2011.
- BORON, A. *América Latina en la Geopolítica del Imperialismo*. Editorial Huru Hondarribia, Buenos Aires, 2013.
- BRAUDEL, F. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- CHAUI, M. *A história no pensamento de Marx*. In: BORON ET ALL. *A teoria marxista hoje Problemas e perspectivas*. Buenos Aires. CLACSO, 2007
- DOBB, M. *A Evolução do Capitalismo*, 9ª ed. LTC, Rio de Janeiro, 1987
- DUSSEL. E. *Hipótesis para el estudio de Latinoamérica em la Historia Universal*. Editorial Las cuarenta. Buenos Aires, 2018
- ESCOBAR, A. *Desde abajo, por la izquierda, y con la tierra: la diferencia de Abya Yala/ Afro/ Latino/ América*. In: Alimonda, H. et al. *Ecología política latinoamericana : pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. CLACSO. Buenos Aires, 2017.
- GALEANO, E. *As Veias Abertas da América Latina*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1983.
- GORENSTEIN, S. & ORTIZ, R. *Natural resources and primary sector-dependent territories in Latin America*. Area Development and Policy, DOI:10.1080/23792949.2018.1431555 (2018)

- HELLER, H. *A Marxist History of Capitalism*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2019.
- HERRERA, G. *Nuestra América : los tiempos del tempo*. In: Alimonda, H. et al. *Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. CLACSO. Buenos Aires, 2017.
- HOBBSBAWM, E.J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 2014
 _____ *Globalização e Terrorismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
 _____ *El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión*. In: Socialist register. Buenos Aires: CLACSO, 2005
 _____ *O Enigma do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
 _____ *La Condición de la Posmodernidad: Investigación sobre los orígenes del cambio cultural*. Amorr. Amorrortu editores. Buenos Aires, 1998.
- HUBERMAN, L. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- JEZIONY, D. L. *A relevância sociopolítica do conceito de desenvolvimento sustentável*. O Olho da História, v.26, 2018
- JEZIORNY, D.L. *Territorialidade e Indicação Geográfica: estudo dos territórios do Vale dos Vinhedos (Bra) E Montilla-Moriles (Esp)*. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 2015.
- KATZ, C. *Neoliberalismo, nedodesarrollismo, socialismo*. Batalla de Ideias, Buenos Aires, 2016.
- KOSELLECK, R. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidés, 2001.
 _____ *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.
 Aires: El Colectivo – Herramienta, 2011.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MILANEZ, F. *A aceleração do crescimento e a resistência descolonial no Brasil* In: Alimonda, H. et al. *Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. CLACSO. Buenos Aires, 2017.
- O’CONNOR, J. *Capitalism, Nature, Socialism: A theoretical Introduction*. 1988.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*, 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

RAFFESTIN, C. *A produção das estruturas territoriais e sua representação*. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

WALLERSTEIN. *World-Systems Analysis: an Introduction*. Durham: Duke University Press. 2004

WILLIAMS, E. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo. Companhia das Letras, 2012

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.